



ATA N.º 02/2013

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de abril de 2013.-----

----- Aos 30 dias do mês de abril de 2013, pelas 15 horas e 15 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara.-----

2 - Apreciação, discussão e votação da desafetação de área integrada no domínio público / Troço desativado da antiga E.N. 335 (Processo de Loteamento n.º 35/2011).-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação administrativa das freguesias de Ourentã e Murte.-----

4 - Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede relativo a 2012 e Plano de ação para 2013 / Para conhecimento.-----

5 - Apreciação, discussão e votação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos respeitantes ao Concurso Público para a "Concessão da Exploração do Parque de Campismo Municipal da Praia da Tocha / Minimercado e Restaurante / Bar anexos.-----

6 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013.-----

7 - Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório Semestral do ano de 2013 / Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede.-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2012.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa justificou as faltas do Sr. Dr. Pedro Alexandre da Cruz Bento e do Sr. Jorge da Cruz Guerra, ambos por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Justificou também a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Dr. Ricardo Isidro de Jesus Lopes dos Santos Rosa, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bolho, Eng.º Carlos Alberto Pereira Cosme, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, António Taipina Oliveira Moleiro e da Sr.ª Eng.ª Lénia Catarina Rato Monteiro. -----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2013, da sessão da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2013, que posta à votação, foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 23 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período Antes da Ordem do Dia, começando por intervir o Sr. Eng.º Egídio Reis, o qual após cumprimentar todos os presentes expressou o seu reconhecimento pela excelente participação e destaque que o Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Jorge Catarino teve no programa televisivo Prós e Contras da RTP 1, na qualidade de empresário, provando que o concelho de Cantanhede tem pessoas com capacidades e know how para ajudar o país a atravessar a situação difícil em que se encontra e deu os



parabéns à Presidente da Junta do Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus, pela sua eleição para o congresso Nacional do Partido Socialista.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª D. Maria Armada Gavião, a qual procedeu à leitura do seguinte comunicado: *"Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Deputados desta Assembleia, meus senhores e minhas senhoras, tivemos um sonho no dia 25 de abril de 1974. Passados 34 anos vivemos o maior pesadelo das nossas vidas. Os nossos filhos e nossos netos não veem no nosso país, nem motivação nem esperança e muito menos perspectivas de vida no nosso país. Vê-se sim austeridade e mais austeridade que só gera pobreza, indignação, revolta. A falta de emprego não é só os que não querem trabalhar, que também existe, mas a grande parte dos portugueses, são trabalhadores aqui e em qualquer parte do mundo. Os mais velhos da minha faixa etária, pensávamos nós que trabalhávamos durante a vida inteira, depositamos no estado o nosso dinheiro para a nossa velhice e, veio agora não sei de onde um ministro incapaz de fazer os orçamentos que respeitem a Constituição pelo menos, respeitar os direitos mais elementares da nossa democracia. Veio assim com as suas medidas de austeridade, tirar os nossos direitos na saúde, nos medicamentos, impostos e mais impostos para quê? Se cada vez estamos mais pobres. Estamos a ser governados por pessoas imprevistas. Fazem leis que eles não as sabem explicar. Não se veem resultados convincentes tal como diz Manuela Ferreira Leite, Marques Mendes e outros dos próprios partidos que sustentam o governo, são políticas erradas que levam o País ao abismo que fica reduzido a cinzas, palavras deles. Não ouvem ninguém, são uns iluminados de ideais destruidoras do nosso País. Não me digam que é o memorando da Troika, esse está morto, enterrado e não foi respeitado. Este entendimento é simplesmente da*

responsabilidade do P.S.D. e C.D.S. com a cumplicidade do Sr. Presidente da República. É simplesmente ele a ancora que sustenta este governo de incompetentes. Se não vejamos, vivemos em austeridade, mas sai um super ministro, entram dois. Sai um secretário de estado, entram quatro. Quanto é que isto custa ao País, mas isto não entra nas contas do Sr. Primeiro-ministro, nem nas contas de Victor Gaspar. É mais fácil tirar as reformas a pensionistas que vivem no limite da pobreza, aos professores, que muitos fazem para trabalhar, os enfermeiros e tantos outros, que em vez de progredirem nas suas carreiras profissionais vivem numa asfixia total. Vivemos todos em angústia permanente, tantos deprimidos que veem as suas casas entregues aos bancos, o trabalho das suas vidas reduzidas a nada. Até quando esta politica, onde a ausência de valores é uma constante. Por estes motivos e tantos outros tenham vergonha. Acabem com a escravidão, isso era no século passado.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira, o qual, após tecer alguns comentários sobre a intervenção efetuada pela D.ª Maria Armanda Gavião, cujo conteúdo subscreve, terminou felicitando Sr. Dr. Jorge Catarino, pela sua intervenção no programa da RTP 1, enquanto empresário português.-----

----- Falou de novo o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino agradecendo as palavras elogiosas proferidas, nomeadamente, pelo Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira pessoa que considera há muitos anos um grande amigo.-----

----- De seguida foi dada a palavra à Sr.ª Dr.ª Maria Dulce Santos, a qual, após cumprimentar todos os presentes informando que também ela viu o programa da RTP 1, Prós e Contras e felicitou o Sr. Presidente da Mesa por ter conhecido sua



excelência o Ministro da Economia, pela sua intervenção e pelo facto de ter dado visibilidade ao concelho de Cantanhede através das suas empresas. De seguida, questionou sobre notícias que surgiram sobre a questão da construção do hotel da Praia da Tocha, sobre uma ação com que se deparou, em que são autores várias pessoas da Praia da Tocha e ré a Câmara Municipal de Cantanhede e uma outra entidade que cujo nome não se recorda. Perguntou sobre o que está em causa, quais são os fundamentos da referida ação e o que é que pretendem os populares com a mesma.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura em primeiro lugar, colocando à consideração do Sr. Presidente e da Assembleia uma petição para o Ministro da Saúde, que já foi apresentada e subscrita pelos Senhores Presidentes de Junta, colocando-a agora à consideração da Assembleia Municipal para a eventualidade de a quererem subescrever também. Informou ainda que o referido documento será enviado para o Sr. Ministro da Saúde e procedeu à leitura do mesmo, do seguinte teor: *“Ex. mo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo. Os signatários, na qualidade de legítimos representantes da população do concelho de Cantanhede, vem deste modo solicitar a V. Ex.º se digne atuar no sentido de dar resposta satisfatória aos legítimos direitos e interesses dos cidadãos que representam, designadamente, quanto às seguintes questões: 1) Relativamente à anunciada possibilidade de o Governo transferir a gestão do Hospital Arcebispo João Crisóstomo para a União das Misericórdias Portuguesas, através da celebração de um contrato programa, estão os signatários frontalmente contra tal medida, tanto mais que o Hospital de Cantanhede está a cumprir exemplarmente a sua missão e tem uma gestão que dá garantias de sustentabilidade financeira, o que de resto é comprovado pelo prémio nacional que recebeu há pouco tempo por esse*

facto; 2) O Hospital de Cantanhede deve portanto ficar integrado no Serviço Nacional de Saúde, mantendo o estatuto de hospital distrital de âmbito sub-regional, por forma a preservar o caráter de serviço público a uma população de mais de 60 mil habitantes, uma vez que serve outros concelhos limítrofes; 3) Os signatários rejeitam liminarmente qualquer medida que ponha em causa os postos de trabalho dos funcionários do Hospital de Cantanhede, independentemente do seu vínculo contratual, e pretendem que fiquem devidamente acauteladas condições que permitam ao Hospital de Cantanhede continuar a cumprir a sua missão, mantendo os serviços a funcionar com a qualidade que se lhes reconhece, e que seja garantida também os meios para que os restantes serviços de saúde do Concelho possam dar resposta cabal às exigências. Orientados por estes objetivos, os signatários reclamam o cumprimento integral do protocolo celebrado entre o Município de Cantanhede e Ministério da Saúde, em 24 de fevereiro de 2007, no âmbito do qual se manteve o atendimento dos utentes num horário que permite dar resposta à generalidade das solicitações no serviço da Assistência Médica não Programada (Consulta Aberta), bem como as seguintes condições: a) Criação de condições para o Hospital de Cantanhede prestar cuidados continuados de convalescença e paliativos, cirurgia de ambulatório; b) O alargamento, em articulação com o Centro de Saúde, das consultas de especialidades mais solicitadas, como neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, cardiologia e urologia; c) O funcionamento, no Concelho de Cantanhede, de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) com profissionais de saúde especializados; d) Reabilitação e requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar (USF). 4) Quanto à reabilitação e requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar, falta ainda executar as obras na USF "As

Gandras”, de Febres, pelo que os signatários solicitam a V. Ex.^a se digne tomar as providências para que o processo seja concluído, tanto mais que a Câmara Municipal de Cantanhede cumpriu a sua parte do protocolo e resolveu atempadamente a questão das instalações; 5) No que diz respeito à ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) com profissionais de saúde especializados, saudamos a decisão do Ministério da saúde de ter mantido este serviço, correspondendo às solicitações da Câmara Municipal; 6) Rogamos ainda a V. Ex.^a se digne acionar os mecanismos necessários para resolver, com carácter de urgência, o problema da falta de médicos em algumas zonas do Concelho de Cantanhede, situação que o Senhor Presidente da Câmara há muito reclama para que seja ultrapassada; 7) Finalmente, os signatários apelam a V. Ex.^a no sentido de ser encontrada uma solução para a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia. Embora se trate de um investimento privado, o Ministério da Saúde não pode ignorar este equipamento de qualidade indiscutível e que tem que ser rentabilizado em benefício da população, pelo que se torna necessário avançar o mais urgentemente possível, com a sua abertura. Considerando que a resolução das questões enunciadas são condição determinante para o acesso aos cuidados de saúde de qualidade e para o bem-estar, a qualidade de vida e a segurança dos cidadãos do Concelho de Cantanhede, solicitam os signatários a V. Ex.^a se digne proceder em conformidade.”-----

-----De seguida e em resposta à questão da construção do hotel na Praia da Tocha, informou que a Câmara Municipal ainda não foi citada e que apenas sabe o que vem escrito nas notícias pelos jornais. Informou ainda que foram contactados pela Agência Lusa para responder a um conjunto de questões relacionadas com o Hotel, as quais foram respondidas. Respondeu ainda que, também desconhece os

fundamentos da ação e acrescentou que tudo foi cumprido escrupulosamente dentro da lei. De seguida procedeu à leitura de um parecer jurídico emitido sobre o assunto, o qual foi facultado à Agência Lusa: "1) A demolição do "esqueleto" do edifício do Hotel da Praia da Tocha e a reversão do terreno para o Município é sempre uma possibilidade em aberto se vier a ser declarada a caducidade da licença de construção, o que ainda não aconteceu; 2) A Câmara Municipal vendeu em hasta pública o terreno para a construção do Hotel da Praia da Tocha à empresa Clássicos Portugueses, Lda, nos termos de uma deliberação aprovada pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, e a obra foi licenciada cumprindo com todas as formalidades e exigências de um processo desta natureza, como de resto pode ser consultado nas atas dos órgãos do Município que deliberaram sobre a matéria; 3) A venda do terreno cumpriu todos os requisitos legais, tendo a localização do referido hotel sido previamente aprovada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), conforme parecer vinculativo emitido em 14/03/2006; 4) Entretanto, a 15 de dezembro de 2009, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transmissão do terreno destinado à construção do hotel à empresa Worldhotel – Investimentos Hoteleiros, Lda, transitando para esta entidade as condições e objetivos estipulados na venda inicial; 5) Quanto aos prazos, estes passaram a ser contabilizados a partir da data da deliberação da transferência do terreno para a empresa Worldhotel, ou seja 15 de dezembro de 2009; 6) Nos termos da lei que regula os processos de licenciamento, não cabe à Câmara Municipal avaliar a existência ou inexistência de CAE (Classificação de Atividade Económica) por parte dos promotores do investimento. Aliás, neste caso foi a sua inexistência a causa invocada pela Clássicos Portugueses, Lda para justificar o pedido de transmissão do terreno à Worldhotel,



Lda, ao que a Câmara Municipal acedeu, na convicção de que essa seria a solução para que o hotel fosse construído; 7) A obra beneficia de apoio comunitário, no âmbito do QREN, na sequência de uma candidatura aprovada para o efeito, tendo o projeto obtido parecer favorável do Turismo de Portugal, IP, em 9 de fevereiro de 2010; 8) A obra não colide com a Reserva Ecológica Nacional (REN), uma vez que o Plano Ordenamento da Orla Còsteira Ovar-Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/2000, alterou a delimitação da REN prevista no PDM, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 118/1994; 9) O alvará de obras de construção do hotel foi emitido em 8 de agosto de 2011, com validade até 7/11/2012, tendo sido posteriormente prorrogado por deliberação camarária de 8 de fevereiro de 2013, até 7 de julho de 2013; 10) Findo esse prazo, a Câmara Municipal terá de ponderar a declaração caducidade do alvará nos termos do artigo 71º do D.L. nº 555/99 de 16/12, com a redação dada pelo D.L. nº 26/2010 de 30/03 (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.); 11) Mas porque se trata de uma unidade hoteleira com características para ser verdadeiramente estruturante para o setor turístico e, de um modo geral, para a economia do concelho, sendo possível perspetivá-la como um fator de dinamização da atividade económica, quer pela valorização da Praia da Tocha como destino turístico, quer pela criação de postos de trabalho, entre outros aspetos, a autarquia continua empenhada na sua viabilização, pelo que procedido de modo a que sejam esgotadas todas as possibilidades de concretização do investimento; 12) Em todo o caso, se tal não for possível e se a licença de construção caducar, a Câmara Municipal acionará a reversão do terreno e do edificado para a posse do Município, para lhes ser dado o destino adequado, o que pode passar pela demolição da parte do edifício já construído." Finalmente acrescentou que tudo foi feito dentro da

legalidade e que a Câmara Municipal esgotará todas as possibilidades para que a construção daquela unidade hoteleira se concretize.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano Sr. Prof. José Carlos de Jesus, enaltecendo a forma como decorreram as celebrações do 25 de Abril e questionou sobre a Unidade de Saúde Familiar, "As Gândras", lembrando que já são dois anos que S. Caetano, Vilamar e Corticeiro estão sem extensões de saúde, continuando as populações a serem as grandes prejudicadas.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Covões, Sr. Asdrúbal Torres, o qual informou que vai ser inaugurada a ETAR norte da freguesia de Covões, ficando assim concluído o saneamento naquela freguesia, com uma cobertura de 100%, pelo que, em seu nome pessoal e em nome da população da freguesia dos Covões, agradeceu à Câmara Municipal e à INOVA, pelo bom trabalho que desenvolveram naquela freguesia.-----

----- Falou ainda o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, colocou as seguintes questões: 1) Sobre as notícias que circulam sobre o possível encerramento da Escola Municipal António Lima Fragoso, fundamental na formação musical e humana de todos os que por lá passam, nomeadamente, quais são os motivos para esse encerramento. 2) Sobre o projeto da CIM-Baixo Mondego, do qual a Câmara Municipal faz parte e que se prende com o serviço de teleassistência a idosos, uma vez que se constata que a Câmara Municipal de Cantanhede é o Município que menos tem contribuído para o sucesso daquele projeto, nomeadamente, sobre o motivo da falta de investimento para esse projeto. 3) Sobre a possibilidade de cobrança de uma taxa sobre o alojamento aos turistas



sugerida pela Associação de Municípios Portugueses, quais são as intenções do Município de Cantanhede.-----

-----Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura-Presidente da Câmara que: 1) Quanto ao encerramento da Escola de Música Municipal tal não é verdade, apenas se pretende, eventualmente, transitar através de parceria, a Escola Municipal para a Associação António Lima Fragoso, sendo intenção do Município conseguir identificar crianças que possam ir um bocadinho mais longe e depois possam continuar o seu trajeto musical; 2) Em relação à questão do projeto de teleassistência a idosos, informou que, na prática, qualquer idoso pode aderir ao processo de teleassistência feito dentro dos Municípios do Baixo Mondego, desde que tenha capacidade económica para pagar o custo do telemóvel que está associado a esse serviço. Referiu ainda que o Município de Cantanhede, defende um serviço de teleassistência, sem custos, para idosos que sejam identificados com carência económica; 3) Finalmente informou que o Município de Cantanhede decidiu não cobrar taxas aos turistas, pelo simples motivo de que, os turistas se vierem ao concelho de Cantanhede e residirem uns dias, nem que seja um dia, podem contribuir para a economia local, seja através de hotelaria, seja através da restauração, acabando por ser uma mais-valia e acabando por gastar muito mais do que se for obrigado a pagar taxas pela sua estadia. -----

-----Falou, de seguida o Sr. Eng.º Pedro Carrana colocando as seguintes questões, para quando está prevista a instalação da Escola Profissional de Cantanhede, nas antigas instalações do Centro de Saúde? Se existe algum esclarecimento adicional relativamente à questão da organização judicial, mais concretamente, em relação à possível perda de competências do Tribunal de Cantanhede e, finalmente, exprimiu a sua satisfação pelo facto de se ter finalmente

demolido o edifício dos armazéns da antiga CUF, que de facto, representava um perigo para a segurança e também para a saúde dos Municípes.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Carlos Ordens, em direito sobre a exposição feita pelo Sr. Presidente da Câmara, dizendo que nada tem a opor ao que foi dito e informando ainda ser um defensor da revisão do protocolo existente desde 24/02/2007, no sentido de defender clarificar as novas condições de prestação daqueles serviços no Município. Relativamente á questão da USF de Febres e dos polos de saúde, informou que, apesar de já não ser o Diretor Executivo há algum tempo, sempre procurou defender a manutenção daqueles postos. Acrescentou ainda que sobre este assunto falou várias vezes com a Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus, bem como com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilamar, Enf.º Egidio Reis e que se encontra disponível para, caso seja necessário, auxiliar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano nas diligências que entender levar a cabo a sós ou juntamente com os Presidentes das Juntas de Corticeiro de Cima e de Vilamar. Relativamente à questão da teleassistência aos idosos, informou estar de acordo com a teoria defendida pelo Sr. Presidente da Câmara, uma vez que nem todas as pessoas têm condições para aderir àquele projeto nos moldes em que foi projetado. Informou ainda preconizar a identificação clara dos idosos necessitados, através de uma política concertada do Município, com as IPSS's, Juntas de Freguesia, GNR, serviços de saúde, tendo em vista uma política municipal, que possa realmente dar-lhe apoio e cobertura, mas também tranquilidade para as famílias.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino solicitando que o Sr. Dr. Carlos Ordens explicasse melhor a sua intervenção sobre o Protocolo que referiu.-----



-----O Sr. Dr. Carlos Ordens afirmou nada mais ter a esclarecer quanto ao protocolo referido, e que, a sua posição sobre aquele assunto é pública e tem sido publicitada, defendendo que nas atuais circunstâncias e dadas as especificidades dos serviços de saúde que estão sempre a evoluir num determinado sentido, a modificar determinadas estratégias, deve ser feito um novo protocolo para que a situação atual e futura seja clarificada entre todos.-----

-----Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, Prof. José Carlos de Jesus, o qual informou o Sr. Dr. Carlos Ordens que cada vez que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilamar, Enf.º Egidio Reis falavam com ele, era em nome das três freguesias que se encontravam a trabalhar em conjunto e que pelo facto de nunca se ter dirigido diretamente ao Sr. Dr. Carlos Ordens não significa que a causa da população de S. Caetano não estivesse igualmente defendida.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, relativamente ao hospital de Cantanhede, está plenamente de acordo em que o mesmo continue a prestar serviço público no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, sendo mesmo uma mais-valia.-----

-----Interveio ainda a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Portunhos, Sr.ª Marta Carvalho, agradecendo a presença do Dr. Pedro Cardoso no XX Encontro de Gaiteiros que se realizou em Portunhos, bem como a todos os que lá estiveram presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a situação da EB1 de Portunhos, se já existe alguma resposta à sua pretensão de uma sessão de esclarecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, finalmente, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura o qual respondeu às questões que lhe foram colocadas, nomeadamente: 1) Em relação á Escola Técnico-Profissional, é de seu conhecimento que aquela entidade se encontra a ultimar os projetos para fazer o lançamento do concurso e que têm todo o interesse em que as obras de requalificação do referido prédio se encontrem concluídas o mais rapidamente possível, visto que pretendem iniciar o próximo ano letivo já naquelas instalações. 2) Relativamente à questão do mapa judiciário informou não ter havido mais desenvolvimentos para além dos que já foram referidos publicamente. 3) Quanto à questão levantada pelo Sr. Dr. Carlos Ordens relativamente ao protocolo assinado em fevereiro de 2007 com o Ministério da Saúde, informou ter sido uma iniciativa que partiu do próprio Ministério da Saúde, e que tinha por objetivo o encerramento das urgências do Hospital de Cantanhede dando lugar à consulta aberta. Referiu ainda que aquele protocolo tinha como última consequência as requalificações das extensões de saúde, neste caso a USF as Gândras, o que se encontra ainda por concretizar. 4) Relativamente à questão colocada pela Presidente de Junta de Freguesia de Portunhos sobre a EB1 de Portunhos, informou não ter qualquer informação que possa prestar, encontrando-se o processo em causa no âmbito do jurídico.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação da desafetação de área integrada no domínio público / Troço desativado da antiga E.N. 335 (Processo de Loteamento n.º 35/2011)»:**----



----- O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes, fez o enquadramento da área de terreno a desafetar, informando tratar-se de dois loteamentos que se situam junto à Febauto, localizados a seguir à casa do Sr. Eng.º Abrantes. Informou ainda que, relativamente a um deles, anteriormente pertencente ao Sr. Acalino contíguo ao agora apresentado pelo Sr. João Figueiredo, ficou inicialmente definido verbalmente a cedência de várias áreas de cedência a integrar no Domínio Público. Entretanto, com a construção da circular externa, que vem da rotunda em frente ao Fernando Ramos, a Câmara ocupou uma parte desse terreno privado, pertencente ao Sr. João Figueiredo. Com a aprovação do loteamento, e definida a localização dos lotes pretendidos, constatou-se que um dos lotes tem necessidade de ocupar 120 m² de Domínio Público, na zona que pertencia à antiga estrada. Informou ainda que a área total do referido terreno é de 11.664 m², dos quais o Município já utilizou cerca de 1.500 m² para a construção da circular em causa. O promotor vai ainda ceder área para infraestruturas diversas, tais como arruamentos, passeios, estradas, mais de 5 mil m², 3.164 m² para espaços verdes de utilização pública, perfazendo no total aproximadamente 9.000 m². Finalmente explicou que o assunto baixou à Assembleia para obter a competente autorização para a cedência de 120 m² do domínio público para integração no domínio privado do promotor do loteamento.-----

----- Foi de seguida dada a palavra à Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Sr.ª Dr.ª Isabel Matos, a qual identificou através da projeção da planta de localização, a área proposta para cedência, que integra o Domínio Público Municipal. A técnica explicou que a desafetação da área do domínio público

municipal para ser integrada no domínio privado, vem na sequência da necessidade de dar cumprimento aos alinhamentos definidos no Plano de Urbanização.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa solicitou alguns esclarecimentos adicionais quanto às áreas efetivamente cedidas, quer pelo promotor do Loteamento, quer pelo Município de Cantanhede.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio acrescentando então que a área total de intervenção do loteamento é de 11.664 m², sendo 5.814 m² para cedência de infraestruturas várias como estradas, arruamentos, passeios, zona de carga e descarga de emergência, estacionamento descobertos e 3.164 m² para espaços verdes. O loteamento propôs 9.370 m² de área bruta de construção, destinando-se 4.180 m² para a habitação, 1.353 m² para serviços, 259,00 m² para a restauração, 2.628 m² para estacionamento de cave e 950 m² para terraços. É evidente que isto é noutro tipo de conceito (eliminar, esta frase não faz sentido nenhum). Acrescentou ainda que, dos 9.000 m² cedidos, 1.152 m² já tinham sido cedidos para a construção da circular, sendo agora necessária a área de 120 m² da estrada antiga para integrar um dos lotes, que não tinha sido registado na altura, sendo a cedência destes 120 m² que se colocam à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Pediu a palavra a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.^a Isabel Matos acrescentando que o promotor do loteamento cumpriu escrupulosamente o que a portaria dos loteamentos obriga, tendo até ultrapassado alguns parâmetros,----

----- Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino questionando sobre qual a área de implantação do referido loteamento e qual a área bruta de construção do mesmo.-----

----- Respondeu de seguida a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Isabel Matos informando que a área de construção é de 9.370 m² e a área de implantação é de 2.628 m².-----

----- Falou de seguida a Sr.ª Dr.ª Dulce Santos, questionando sobre as contrapartidas dadas pelo Município aos proprietários que cedem terreno para o Domínio Público.-----

----- Respondeu a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Isabel Matos, informando que, de acordo com a Portaria específica dos loteamentos, consoante o benefício que o promotor tem em relação à capacidade de construção, são exigidas determinadas áreas para espaços de cedências, espaços verdes e de equipamentos públicos, sendo certo que, o promotor em causa cedeu, até mais do que a portaria exige. Informou ainda que, o mesmo terá que pagar, aquando da emissão do alvará de loteamento a emitir pela Câmara Municipal, de acordo com o Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização do Município de Cantanhede, as taxas de infraestruturas, gerais, internas e reposição da equidade construtiva, cujas contas serão feitas com base na área bruta de construção e com o valor dos custos que ele vai ter na construção do arruamento interno de acesso aos lotes.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de desafetação de área de 120 m² integrada no Domínio Público / Troço desativado da antiga E.N. 335 (Processo de Loteamento n.º 35/2011), tendo esta sido aprovada, por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação administrativa das freguesias de Ourentã e Murtedes»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura o qual informou que se trata de uma proposta devidamente fundamentada que foi aprovada pelas Assembleias de Freguesia respetivas.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino questionou se algum dos Presidentes das respetivas Juntas queria comentar a divisão administrativa em causa.-----

----- Falou de seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte de, Dr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que o limite proposto resulta de um conjunto de vontades das duas freguesias, tendo em vista a resolução de diversos problemas com meia dúzia de habitações existentes na localidade das Sete Fontes e que não estava clarificado, nalguns aspetos, se pertenciam a Murte de ou se a Ourentã. Acrescentou ainda que se tentou acertar o limite com vias vicinais de modo a que o mesmo ficasse perceptível para as pessoas, tendo sido feito e retificado, por unanimidade, em ambas as Assembleias de Freguesia.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino elogiando ambos os Presidentes de Junta pelo trabalho realizado e questionou se o Presidente da Junta de freguesia de Ourentã ou outro membro da Assembleia queria dizer mais alguma coisa sobre este assunto.-----

----- Não tendo havida qualquer solicitação, foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.^a Helena Teodósio, a qual acrescentou que o referido processo será, de seguida enviado ao Instituto Geográfico Português, entidade responsável pela Carta Administrativa Oficial Portugal.-----



----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação a proposta de delimitação administrativa das freguesias de Ourentã e Murte de, tendo esta sido aprovada, por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos - «Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede relativo a 2012 e Plano de ação para 2013 / Para conhecimento»:---

----- O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou que o relatório estaria a disposição de quem quisesse consultá-lo, e que, a atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não é mais do que a intervenção da comunidade face às problemáticas da infância e que merece ser sublinhado. Relativamente ao referido relatório, referiu que o tempo de resposta da Comissão é uma das características mais importantes, sobretudo quando a intervenção precoce é decisiva neste tipo de processos, devendo-se primar pela cultura de proximidade e o conhecimento da realidade por parte dos elementos, tendo as abordagens e as condições de trabalho sido melhoradas ao longo destes anos, permitindo uma maior eficácia e eficiência do trabalho da CPCJ. De seguida informou que existem 115 processos de promoção e de proteção ativos, que têm sido trabalhados ao longo de 2012, num total de 308 processos, que representam 308 crianças sem condições mínimas para crescer e sem qualidade de infância, fatores determinantes para a definição da sua qualidade humana. Referiu ainda que, a negligência se destaca como a principal causa que tem levado a Comissão a intervir, mas também situações de violência doméstica, maus tratos psicológicos e comportamentos desviantes. Relativamente aos aspetos positivos, informou verificar-se uma evolução positiva na sinalização e na denúncia de situações de crianças e jovens em perigo, o

que significa que há uma maior sensibilidade por parte das entidades, sejam policiais, hospitalares, centros de saúde, escolas, cidadãos em geral, o que denota uma maior consciência dos direitos das crianças e uma maior responsabilidade do dever da cidadania em denunciar aquelas situações. Finalmente, após informar que, o Presidente da CPCJ é o Prof. Jorge Santos, com uma larga experiência neste campo e que a sua equipa atuou de forma abnegada e dedicada e a título perfeitamente gracioso, dando sempre o melhor, em situações muito complicadas e perante muitas ameaças, elogiou o trabalho meritório e notável efetuado por aquela Comissão.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino enaltecendo o trabalho efetuado por toda a equipa da CPCJ, feito de forma altruísta, e de todos aqueles que sem pedir nada em troca, dão muito de si para que estas coisas sejam, não só sinalizadas, mas depois atenuadas, gerenciadas, minimizadas, sendo certo que muitas vezes não são possíveis de resolver. De seguida sugeriu um aplauso unânime de toda a Assembleia Municipal, pela forma como a Comissão tem servido o interesse municipal, ao qual a Assembleia aderiu.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos respeitantes ao Concurso Público para a “Concessão da Exploração do Parque de Campismo Municipal da Praia da Tocha / Minimercado e Restaurante / Bar anexos”»: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, em dezembro de 2013 irá expirar o prazo da concessão da Exploração do Parque de Campismo Municipal da Praia da



Tocha / Minimercado e Restaurante / Bar anexos, que se encontra a decorrer pelo que, atempadamente se deve despoletar o processo para novo concurso. Mais acrescentou que o novo concurso será aberto para uma concessão por um período de três anos, eventualmente prorrogável por mais um ano, o valor base será de 120.000,00 € + IVA. Chamou ainda a atenção para a cláusula 19, que obriga à instalação de uma piscina. Finalmente, informou que o preço base do concurso anterior, para dois anos, foi de 50.000,00 €, tendo sido adjudicado por 100.000,00 €. Acrescentou ainda que, o preço base agora apresentado representa para os 3 anos, 40.000,00 € por ano, havendo, deste modo, um decréscimo em relação à última concessão feita por dois anos.-----

-----De seguida o Sr. Presidente da Mesa solicitou esclarecimentos sobre a questão da colocação da piscina, questionando se será mesmo imprescindível para um melhor serviço do parque de campismo.-----

-----Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura informando que o Executivo discutiu esse assunto, tendo chegado à conclusão que, o facto de existir uma piscina aberta ao público, com o inerente pagamento de taxas pela sua utilização, é uma vantagem para o Parque de Campismo Municipal da Praia da Tocha.-----

-----De novo o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino questionou sobre o facto de, ao colocar a piscina no concurso, não se estaria de alguma forma a dar algum privilégio ao atual concessionário.-----

-----Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que, o Executivo pensou em todas as opções, nomeadamente: 1) todos reconheceram que deve existir uma piscina no Parque de Campismo da Praia da Tocha; 2) Após análise cuidada foi verificado que o custo de uma piscina, para a área ocupada pela atual,

nada é um valor exorbitante; 3) É evidente que o atual concessionário, caso concorra e ganhe o novo concurso já lá terá a piscina, e que, caso ganhe um novo concessionário o concurso que vai ser aberto, terá que lá colocar a piscina, pois o atual concessionário obviamente retirará a sua. Finalizou acrescentando que a intenção do Executivo é, acima de tudo, ter lá uma piscina porque considera que é importante para a dinâmica do Parque de Campismo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou então ter ficado devidamente esclarecido que, no entendimento da Câmara, a piscina é realmente importante para a qualidade do serviço prestado naquele Parque de Campismo.-----

----- Falou de seguida o Sr. Dr. Carlos Ordens, solicitando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira se pronunciasse sobre este assunto.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira, o qual informou que considera que o concurso está bem organizado e a colocação da piscina pelo atual concessionário foi realmente uma mais-valia para o Parque de Campismo, subscrevendo inteiramente as condições do concurso apresentado agora pela Câmara.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação a abertura de Concurso Público para a "Concessão da Exploração do Parque de Campismo Municipal da Praia da Tocha / Minimercado e Restaurante / Bar anexos", tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013».**-----



-----O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino tomou a palavra e em primeiro lugar que explicou que o Órgão Executivo da Câmara Municipal pode fazer alterações orçamentais quando existem rubricas abertas, mas quando se trata de criar rubricas novas, estas têm que ser aprovadas em sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que esta primeira revisão tem como objetivo a criação de uma rubrica nova denominada "Reabilitação e ampliação do edifício para serviço das forças de segurança da Praia da Tocha" e acrescentou que advém das diligências que o Sr. Presidente da Câmara manteve com o Ministério da Administração Interna - MAI, tendo em vista requalificar o posto da G.N.R. localizado próximo da Biblioteca, na marginal da Praia da Tocha. Acrescentou ainda que se tratava de uma candidatura urgente, tendo sido lançado o concurso através de uma rubrica genérica. Finalmente informou que o concurso em causa já se encontra em fase de recepção de propostas pelo que a criação de rubrica própria se tornava necessária. Informou ainda que, a candidatura efetuada terá uma comparticipação de 95% e que o valor base do concurso foi de 203.000,00 €. Finalmente, informou que nesta primeira revisão, também foi lançado o saldo de gerência do ano anterior, pelo valor de 2.905.371,78 €.-----

-----Não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi a 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013 colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----**Passou-se de seguida ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório Semestral do ano de 2013 / Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual lembrou que o Relatório em apreço não reflete propriamente a realidade, uma vez que os valores apresentados são feitos em funções de duodécimos e que a análise dos recursos financeiros apenas foi feita até 31 de março de 2013. De seguida, informou que o valor global dos custos de exploração se encontram abaixo do que foi previsto no plano de saneamento financeiro, tendo um desvio negativo de 76.868,00 €, o que é positivo para o Município e demonstra o esforço que o Município tem feito em reduzir esses mesmos custos. Referiu também que, ao nível dos proveitos de exploração, o desvio é negativo, uma vez que o comportamento sazonal da receita faz com que, algumas arrecadações, tais como o valor a receber do IMI que apenas vai ocorrer em maio, agosto e dezembro. Informou ainda que, ao nível do endividamento, de médio e longo prazo, e do endividamento líquido, a Câmara cumpriu a meta imposta pelo Plano de Saneamento Financeiro, uma vez que o Município de Cantanhede tem que abater em cada ano 10% do excesso do limite, ou seja 250.008,60 €. Informou ainda estar previsto que o Município este ano irá amortizar 2.523.994,30 €, cumprindo e ultrapassando largamente o que o Plano impõe.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino, solicitando à Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Helena que haja um maior cuidado na documentação enviada para análise, uma vez que nem sempre se conseguem ler as letras nos documentos, quer sejam de tamanhos diminutos, quer sejam pelos formatos digitais em que são guardados.-----



----- Retomou a palavra a Sr.ª Vice- Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio esclarecendo que tal acontece, muitas vezes porque se digitalizam os documentos finais que já foram presentes em reunião de Câmara e que contêm já as assinaturas dos membros do Executivo, mas que, se não houver oposição poder-se-á eventualmente enviar os documentos digitais originais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino concordou com o facto de poderem ser enviados os documentos digitais que deram origem aos documentos que foram presentes ao Executivo e questionou os membros da Assembleia relativamente a este assunto.-----

----- Falou de seguida o Sr. Eng.º Pedro Carrana, que também ele, concordou com o facto dos documentos não se encontrarem bem visíveis e com boa leitura. De seguida, relativamente ao plano de saneamento financeiro, referiu a auditoria financeira feita à Câmara em 2012, pela Inspeção Geral de Finanças, citando uma parte da mesma: *"O Município de Cantanhede não adotou as medidas necessárias para o cabal cumprimento dos objetivos expressos no plano de saneamento financeiro e, conseqüentemente não observou os objetivos com que livremente se comprometeu, estando por isso sujeita às sanções previstas no art.º 40.º, do n.º 5 da Lei das Finanças Locais."* Informou ainda ter procedido à leitura do referido artigo, verificando que, de facto, as sanções em causa prendem-se com a impossibilidade dos Municípios não poderem contratar empréstimos. De seguida questionou sobre a existência de outro tipo de sanções e se, face à situação expressa pelo relatório da Inspeção Geral das Finanças, a Câmara estará ou não sujeita às mesmas. Questionou ainda sobre o prazo médio de pagamento, apontado no Plano de Saneamento financeiro para 30 dias, quando na presente sessão foram referenciados 42 dias, e ainda quanto à questão do endividamento, referido no

relatório semestral do plano de saneamento anterior, se situar em 2.560.000,00 € a mais que o limite imposto pelo orçamento, questionou também aqui sobre quais são as sanções a que a Câmara poderá estar sujeita.-----

----- Falou de seguida a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio informando que o relatório da inspeção feita pelo IGF se reporta aos anos de 2008 a 2010, tendo já o Município dado resposta. Esclareceu ainda que, quanto ao excesso de endividamento expresso nesse relatório, uma vez que a Câmara Municipal aderiu ao Plano de Saneamento Financeiro, a questão da ultrapassagem da Lei das Finanças Locais não se aplica, uma vez que se sobrepõem as indicações do Plano de Saneamento, nomeadamente, a descida de 10% ao excesso do limite de endividamento, facto que o Município está a cumprir largamente. Referiu ainda os 42 dias no prazo dos pagamentos, não existindo pagamentos em atraso. Finalmente voltou a referir que o relatório da Inspeção Geral de Finanças se reporta aos anos de 2008, 2009 e 2010.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, referindo que tem havido desacertos em termos de instruções entre a IGF e a DGAL, sendo que o Município de Cantanhede se tem regido, à semelhança dos outros Municípios, pelo que diz a DGAL.-----

----- Interveio o Sr. Eng.^o Pedro Carrana confirmando que, até à data, nem a DGAL, a IGF ou Tribunal de Contas esclareceram a questão dos limites do endividamento, sendo que, cada entidade tem a sua opinião.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Dr. Jorge Catarino questionando sobre a entidade a quem a Câmara deve obedecer em primeiro lugar e pela qual é controlada na execução do plano de recuperação da Câmara Municipal de Cantanhede.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Pedro Castro, o qual informou que a entidade responsável é a DGAL, entidade que indica os limites do endividamento permitido pela Lei das Finanças Locais, sendo que, anualmente no orçamento do Estado são indicados esses mesmos valores, remetidos automaticamente para a DGAL e posteriormente comunicados aos municípios por essa mesma entidade.-----

----- Interveio de novo o Sr. Eng.º Pedro Carrana, acrescentando que na página 10 do relatório é referido que, de fato é a DGAL que calcula, para cada Município, o montante do endividamento líquido da dívida de curto prazo, médio e longo prazo previsto pela lei nº 02/2007.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino informou que, em oito anos de mandato, teve 3 ou 4 inspeções da Inspeção Geral de Finanças, enquanto órgão fiscalizador, tal como é o Tribunal de Contas. Acrescentou ainda que, em termos de tutela a entidade responsável é a DGAL e que existe legislação específica em cada ano, através do Orçamento de Estado.-----

----- Tomou ainda a palavra o Sr. Prof. Armindo Grilo questionando sobre a posição da Câmara relativamente ao limite imposto pela DGAL.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, que ao nível do endividamento líquido, o Município está a utilizar cerca de 70%, e ao nível do endividamento de médio e longo prazo, esse limite foi ultrapassado, sendo por essa causa que o Município teve que se sujeitar ao Plano de Saneamento Financeiro. Referiu ainda que aquele Plano impõe ao Município, anualmente uma descida de 10% relativamente ao excesso em causa. Informou ainda que para o ano de 2013, o Município, teria que descer 256.080,60 ao nível do endividamento de

médio e longo prazo, sendo que, já se prevê amortizar 2.523.994,30 €, ultrapassando o que o Plano exigia em mais de 2.200.000,00 €.

O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino questionou se, sendo certo que a obrigatoriedade da redução é de 256.080,60 €, não haverá o risco do esforço estar muito concentrado neste ano e para o ano o Município não conseguir cumprir ou se o mesmo é acumulativo.

Respondeu a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio que não, tratando-se efetivamente de 10% ao ano sobre o excesso que também ele vai diminuindo de ano para ano.

Pedi, de seguida a palavra o Sr. Pedro Dias, que, após cumprimentar todos os presentes pediu esclarecimentos relativos à forma como são calculados os 10%, uma vez que 256.080,60 € não representam 10% de 2.523.994,30 €.

Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino que o Município amortizou mais do que dez por cento do excesso.

Respondeu ainda a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio que o Município não sabe de que forma vai variar o novo nível de endividamento, porque ele tem variado todos os anos.

Falou de novo o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino que, então de ano para ano a DGAL muda as regras do jogo, passando a ser uma roleta russa para os Municípios em cada ano que passa.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Castro, que acrescentou que os valores calculados pela DGAL que informaram o Município que estava em excesso, valores esses referentes ao orçamento anterior. Isso só acontece porque os Municípios são obrigados a fazer a mutação do capital dos empréstimos a que recorrem a médio e longo prazo como é feito por empréstimos não se podendo

libertar fundos, só se os bancos aceitarem que não se pague a mutação dos empréstimos.-----

----- Falou de novo o Sr. Dr. Pedro Dias, questionando sobre a mais-valia para a Câmara em amortizar mais do que os 10% ao ano, uma vez que amortizando apenas os 10%, o esforço para os próximos anos seria aliviado.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino, acrescentando que a Câmara tem dois compromissos com entidades diferentes, uma que é a quem a Câmara deve obediência do ponto de vista legal e outra é o compromisso financeiro perante um banco. Existem planos de pagamento e de amortizações perfeitamente definidos, que foram na altura estabelecidos com base em determinadas regras e que a Câmara pode efetivamente tentar alterar, mas que, na conjuntura atual não convém fazer porque a banca acresceria o valor dos juros. Finalmente falou sobre o facto do Município, o primeiro trimestre de 2013 ter tido uma poupança líquida de 544.000,00 €, o que representa um sinal importante e extremamente positivo, e que a despesa de capital é superior à receita de capital, representando uma poupança a médio e longo prazo fundamental, uma vez que há tendência do Estado em reduzir as suas das transferências.-----

----- De seguida foi apresentada uma declaração de voto subscrita pelos membros da bancada do PSD, do seguinte teor: "*A bancada do Partido Social Democrata (PSD) lamenta que, apesar de o Partido Socialista se ter absterido na votação do Relatório de Gestão de 2012 do Município de Cantanhede, prossiga no mesmo registo de há muitos anos, procurando desvirtuar, com recurso a artificios, o verdadeiro significado dos indicadores de gestão. O PSD continua à espera que a bancada do PS faça oposição fundamentando convenientemente as suas posições, sem ceder à tentação fácil de pôr tudo em causa, desvirtuando factos e fazendo da*

demagogia o seu maior argumento. Trata-se na prática do seu habitual exercício de dar uma visão distorcida da realidade, procurando esconder os bons resultados das contas do Município naquilo que é essencial e tentando acentuar até ao limite do absurdo o significado do acessório. Daí que, mais do que procurar contrariar esse exercício falacioso da bancada do Partido Socialista, manda a verdade que nos limitemos a enunciar factos indesmentíveis, que são os seguintes: 1) A dívida total do Município de Cantanhede desceu 3.150.660,68 euros, o que corresponde a um abatimento da ordem dos 10 %; 2) O Município de Cantanhede cumpriu todas as metas impostas às Autarquias locais, superando em muito os objetivos estabelecidos em várias disposições legais, nomeadamente, ao nível dos pagamentos e contribuiu para a redução do défice do subsector das Autarquia Locais pelo terceiro ano consecutivo, num total que ascende a mais de 10 milhões de euros; 3) O Município de Cantanhede utilizou apenas 80,83% do seu limite do endividamento líquido calculado nos termos da DGAL, outro dado que confirma, indiscutivelmente, o acerto da gestão municipal; 4) O Município de Cantanhede encerrou o exercício de 2012 com os pagamentos a fornecedores e empreiteiros completamente regularizados e com os depósitos da instituição a totalizarem um montante bastante superior à despesa cujo prazo de liquidação ainda não terminou, que foi a mais baixa dos últimos 10 anos. Acresce que, o pagamento aos empreiteiros e fornecedores dentro dos prazos estabelecidos, situação que de resto tem sido prática corrente, adquire ainda mais significado na atual conjuntura de crise, não apenas por refletir a boa situação da tesouraria, mas também pelo seu efeito positivo na economia local; 5) Na prática, a Autarquia fechou as contas de 2012 sem dívida vencida, o que, a somar ao saldo positivo de gerência na ordem dos dois milhões de euros, evidencia o rigor da gestão do atual executivo camarário;



6) O Município de Cantanhede registou um aumento da poupança, que atingiu um valor superior a três milhões de euros, o mais elevado desde 2006. Trata-se de uma subida apreciável relativamente a 2011, reforçando assim a tendência que tem vindo a verificar-se nos últimos anos, em resultado das medidas adotadas pelo executivo camarário para ajustar a atividade da instituição às circunstâncias difíceis que o país tem vivido; 7) É de sublinhar que os resultados operacionais teriam sido ainda melhores se a Autarquia não tivesse decidido poupar os munícipes ao aumento do IMI, ao fixar a taxa em 0,4%, menos 0,1% do limite fixado pelo Governo, o que representa para os proprietários uma poupança de menos 20% do valor que a autarquia poderia cobrar. É preciso notar que prescindir da verba correspondente a esses 20% a menos no total da cobrança possível do IMI, significa na prática um esforço financeiro apreciável por parte da autarquia, sobretudo se se tiver em conta o contexto da descida de várias receitas correntes. Outra medida que no futuro vai traduzir-se em descida da receita corrente, em 2013, fica a dever-se à decisão do executivo camarário em aplicar uma taxa reduzida de 1% para as empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros, o que significa que estas vão pagar menos 33,33% do referido imposto. Trata-se sem dúvida de um benefício bastante apreciável que pode ser interpretado como um incentivo para as mais pequenas empresas do Concelho superarem as dificuldades resultantes da difícil conjuntura económica que o País atravessa."-----

----- Finalmente o Sr. Eng.º Pedro Carrana apresentou a seguinte declaração de voto subscrita pelos membros do Partido Socialista: "O relatório do Plano de Saneamento Financeiro elaborado por este Executivo Municipal demonstra claramente um município com graves problemas financeiros e com graves problemas de endividamento. Em resultado de uma Auditoria financeira à CMC

(2012) a Inspeção Geral de Finanças escreveu, e passo a citar "o Município de Cantanhede não adotou as medidas necessárias para o cabal cumprimento dos objetivos expressos no Plano Saneamento Financeiro e, conseqüentemente, não observou os objetivos com que livremente se comprometeu, estando, por isso, sujeito às sanções previstas no artº. 40.º, n.º 5 da Lei das Finanças Locais"...*fim* citação. Que sanções são estas a que esta Câmara estará sujeita? Uma outra prova de incumprimento, tem a ver com o prazo médio de pagamento apontado pelo Plano Saneamento Financeiro ser de 30 dias e no Município se situar nos 42 dias. Ainda de acordo com este documento e sendo espectável que o ano de 2012 termine com um endividamento de 2.560.806,03 € a mais que o limite imposto pelo Orçamento de Estado, quais as Sanções que o Tribunal de Contas aplicará a este Executivo, conforme o comunicado emitido por este Tribunal a 24 Agosto 2011? Perante o exposto os membros abaixo assinados do Partido Socialista abstêm-se na votação da proposta apresentada." -----

-----Não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi o 1.º Relatório Semestral do ano de 2013 / Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 7 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2012».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual começou por dar um voto de confiança a todos os funcionários da Câmara que contribuíram para que a elaboração do relatório fosse executada de forma tão



positiva. De seguida informou que, relativamente à Prestação de Contas, de uma forma geral, os números são favoráveis ao Município e à situação atual. Informou ainda que, no que toca à execução, ao nível da receita total, houve uma receita de 20.946.657,00 €, o que significa que foi executado 70% da receita, a que corresponde um aumento da receita relativamente a 2011 de mais de 1.800.000,00 €. Ressalvou, no entanto, que havia transitado do ano anterior poupança de mais de 1.500.000,00 €. Quanto à receita corrente, informou que a sua execução foi de 95%, existindo uma variação negativa nalgumas situações, tal como a diminuição das verbas dos impostos indiretos, das taxas, das vendas de bens e serviços e das taxas cobradas aos utentes das piscinas, dos pavilhões, etc... Relativamente às transferências correntes, informou ter também aí existido uma descida nas transferências do Estado. Informou ainda ter havido dois contributos positivos, nomeadamente, da EDP relativamente à energia eólica na Praia da Tocha de 90.000.000,00 € e os juros de depósitos a prazo do Município durante o ano que variaram entre 1.500.000,00 € e 2.000.000,00 €, tendo sido arrecadado cerca de 100.000,00 € só em juros. Referiu ainda que o IMI e a derrama desceram, globalmente cerca de 290.000,00 €. Acrescentou ainda que a receita de capital teve uma redução ao nível dos FEF's e que o Executivo entendeu não alienar mais património uma vez que o contexto atual não se compadece com este tipo de possível negócio que a Câmara podia entender fazer. Relembrou ainda o acordo celebrado com a ANMP, relativamente ao QREN, que fez com que os Municípios tivessem que rever muitos dos investimentos que pretendiam fazer, também daí se refletindo uma execução mais baixa tanto ao nível da despesa de capital como da receita, uma vez que as obras que teriam um envolvimento bastante grande, não se puderam concretizar, aguardando-se por um novo quadro para se poder avançar,

nomeadamente, o Museu do Colecionismo, outro Centro Educativo. Informou ainda ter havido um aumento das dívidas de clientes, de mais de 200.000,00 € relativamente ao ano anterior, as quais se prendem sobretudo com fornecimento das refeições escolares, infraestruturas municipais e o QREN. Referiu também que o Município arrecadou mais de 250.000,00 € porque os incentivos do QREN passaram de 80% para 85% e que se conseguiu a aprovação da candidatura da Rua 1.º de Maio em Cantanhede e da Rua da Azinhaga e do Calvário em Murte, que chegou a cerca de meio milhão de euros. Relativamente à execução da despesa, informou que a despesa total paga atingiu uma execução de 62%, sendo um aspeto extremamente positivo para Município, uma vez que deixou de ser proporcional à receita e que se passou a ter disponibilidades efetivas de mais de 2.000.000,00 €. Informou ainda que a despesa corrente e a despesa de capital, desceram e exemplificou referindo as despesas com pessoal que atingiram 4.650.000,00 €, comparativamente aos anos de 2010 a 2011 que ascenderam em mais de 1.200.000,00 €, e aos anos de 2011 a 2012 que ascenderam em mais de 708.000,00 €. Explicou que houveram vários fatores que influenciaram esse facto, tais como o subsídio de férias e o subsídio de natal, que não foram pagos, mas também a cessão de alguns contratos de trabalho e as aposentações que foram bastantes e que a Câmara, não repôs. Informou também que, pela primeira vez, o Município conseguiu pagar todos os encargos assumidos, tendo havido esforço adicional em termos de contração, concretamente, com a redução ao nível do consumo dos combustíveis e ao nível da iluminação pública. Relativamente às despesas de capital, informou ter havido cerca de três milhões e meio de euros de investimentos. Referiu ainda que a dívida residual que transitou foi por um ato de gestão, uma vez que se tratavam de faturas que não estavam ainda vencidas.



Quanto à poupança, informou que, atingiu dos maiores valores de há 20 anos para cá, com um valor de 3.121.606,20 €. Ao nível do endividamento, referiu que o endividamento líquido desceu um milhão e meio e que o endividamento de médio e longo prazo 1.710.000,00 €. Esclareceu ainda que, pelos cálculos da DGAL, o Município poderia ter atingido o valor de 13.404.000,00 €, tendo efetivamente apenas atingido o valor de 10.834.000,00 €. Assim, acrescentou que, pelo terceiro ano consecutivo o Município de Cantanhede contribuiu para a redução do défice do subsector das autarquias locais, uma vez que de 1 de janeiro a 31 de dezembro descemos 3.296.394,09 €, significando isto que, durante estes 3 anos, a Câmara de Cantanhede contribuiu para esta redução do défice das autarquias em cerca de 10.000.000,00 €. Explicou ainda que, no que respeita à execução da Lei dos Compromissos, o Município está a cumprir e informou que o prazo médio de pagamentos foi de 42 dias, sendo que no último trimestre do ano o mesmo foi de 14 dias. Quanto ao nível das funções, informou que, atualmente há um maior volume nas funções sociais e ao nível da educação, do desporto, do ordenamento do território. Relativamente às atividades mais relevantes, verifica-se que também é ao nível do ensino não superior que existe uma verba maior, concretamente ao nível de refeições e transportes escolares. Informou também que a iluminação pública continua a ter um destaque importante nas funções económicas, 841.000,00 €. Relativamente ao balanço, informou que o Município continua a tentar recuperar património e que o resultado líquido desceu por duas questões, a venda de um lote na zona industrial, e a alienação de 2 apartamentos do Gaveto, tendo atingido um valor de 931.254,35 €. Finalmente referiu que o ativo bruto subiu cerca de 2.000.000,00 € e o valor do ativo líquido, desceu, sendo que o ativo bruto se situa em 150.028.522,88 €.

----- De seguida o Sr. Eng.º Eng.º Pedro Carrana apresentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da bancada do Partido Socialista do seguinte teor:

"Pela análise do relatório de gestão e contas e através da sua análise cruzada com o orçamento previsto, permite aferir da fiabilidade dos orçamentos e principalmente das taxas de execução dos executivos municipais. As previsões têm ficado sempre afastadas da realidade. O orçamento para 2012 aprovado neste executivo ascendia a 30 milhões de Euros. A execução apresentada é de cerca de 20 milhões de Euros, ou seja, um diferencial na ordem dos 10 milhões de euros. A execução orçamental foi de apenas 69%. Nas receitas de capital o desvio foi colossal, atingindo apenas 31% do valor previsto. Nas despesas de capital o valor foi apenas de 51% da previsão orçamental. O ano de 2012 foi claramente 1 ano onde a atividade da Câmara foi nula. O que vem no Relatório de Contas 2012: Nas receitas correntes arrecadaram mais 356 mil euros que o previsível com imposto municipal IMI, mais 8% que em 2011. A receita com o imposto sobre veículos também subiu 16,7% face a 2011. Despesa Corrente com Pessoal: (Q2, p8) - As despesas correntes com pessoal continuam bastante elevadas, valor superior a 4,6 milhões de euros, representa 25 % da despesa total. A Aquisição de bens e Serviços cresceu 12% relativamente ao ano anterior, estando nos 4,4 milhões €(p26). Estas despesas com Aquisição de Bens e Serviços aumentaram para 23,34%, ou seja, aumentaram quase 500.000 €. Por oposição as transferências correntes para as Freguesias diminuíram 24% e as transferências de capital diminuíram 7% (p26). Transitam para o ano 2013, mais de 470 mil euros de encargos assumidos e não pagos. Sendo 173 mil euros (173.248,99€) correspondentes a dívida efetiva e não vencida (p29). Assim, NÃO É VERDADE que esta Câmara tenha chegado ao final do ano com a totalidade das dívidas liquidadas aos seus fornecedores. Evolução do



Endividamento da Câmara: De acordo com o Relatório de Contas, a 31-12-2012, o endividamento da Câmara é de 36 milhões, em que a dívida de médio longo prazo totaliza 26 milhões (25.802.540,87€). A dívida de curto prazo a terceiros é superior a 7.1 milhões de Euros. Esta dívida afecta, essencialmente, pequenas e médias empresas (empreiteiros e fornecedores) agravando os seus problemas de tesouraria, com efeitos negativos na economia local. A Câmara ainda tem dívidas a terceiros para com 102 empresas, num montante de 670 mil € (p.44). A 83 empresas deve cerca de 78 mil € e a 19 empresas deve quase 600 mil €. Prazo médio de Pagamentos (p.53): O PMP situa-se nos 42,4 dias. De referir exemplos de Municípios vizinhos cujos prazos de pagamentos são de cerca de 2 dias, como a Câmara da Mealhada e Anadia (por ex). Encargos com a Dívida Municipal: Aquilo que constata pela análise do quadro da pág.46, é que os encargos desta câmara com a dívida de médio longo prazo (juros e amortizações) têm vindo a crescer, passaram de 1.641.000€ em 2009 para mais de 2,3 milhões € em 2012. Estes encargos com a dívida (juros) foram, em 2012, superiores a 600.000 €. Por tudo isto o nosso voto irá no sentido da Abstenção, na votação do relatório de gestão de 2012."-----

-----De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino deu a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques concordando que foram referidos indicadores bastante positivos, uma vez que se verifica que o Município, sujeito a um plano de saneamento financeiro se encontra a cumprir aquele documento. Referiu ainda que, a dívida está a ser amortizada e que, no final de 2012, o Município conseguiu arrecadar mais fundos e aumentar as receitas, apesar do aumento das dívidas, conseguiu controlar as despesas com pessoal e pagar todos os encargos assumidos

e o pagamento aos fornecedores, sendo sinal de uma boa gestão, tendo dado os parabéns a todo o Executivo pelo trabalho efetuado. -----

----- Tomou ainda a palavra o Sr. Manuel Augusto dos Santos evidenciando os bons resultados que o Município obteve. Também ele referiu que houve uma boa gestão por parte do Executivo Municipal, lembrando as receitas correntes superiores em mais de 3.000.000,00 €. Relativamente às despesas correntes, o Município conseguiu manter os serviços a funcionar e poupar 17% de um ano para o outro. Informou ainda ficar satisfeito com o apoio social que a Câmara presta aos mais desfavorecidos e bem assim, com a captação de fundos comunitários para permitir a realização de grandes obras no Concelho.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Dr. Carlos Pessoa, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou o líder da bancada do PS, Eng.º Pedro Carrana sobre se fizeram algum estudo de avaliação do impacto nas contas do Município aquando das propostas que efetuaram em Abril, quando o Município apresentou as suas propostas sobre o IMI, o IRS e a derrama.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Eng.º Pedro Carrana respondendo que obviamente fizeram contas e sabiam o impacto financeiro que essas propostas iam ter, sabiam quanto é que a Câmara recebera no ano anterior de IRS, IMI e derrama. De seguida referiu que apesar dos números serem fantásticos, como referem, com uma poupança de 3.000.000,00 € e as despesas correntes com pessoal terem baixado aproximadamente 600.000,00 €, essa diminuição se deveu em muito, ao corte efetivo dos subsídios de férias e subsídios de Natal, considerando não ter havido qualquer ato de boa gestão por parte do Executivo.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Sr. Dr. Jorge Catarino dirigindo-se ao Sr. Eng.º Pedro Carrana, quanto ao que se encontra exposto sobre este



assunto na declaração de voto apresentada, e esclareceu a leitura que deve ser feita do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, procedendo de seguida à leitura de parte do documento no ponto 4.3: *"No que respeita a este Plano, constatamos que no final de 2011 não se mostrava cumprida a generalidade dos objetivos relacionados com a área de endividamento. Assim o Município de Cantanhede não adotou as medidas necessárias para o cabal cumprimento dos seus objetivos expressos no Plano de Saneamento Financeiro com que livremente se comprometeu, estando por isso, sujeito às sanções previstas no artigo 40, n.º 5 da Lei das Finanças Locais."* E ainda *"No final de 2010, o Município de Cantanhede evidenciava uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, mas não estrutural, não obstante ter contratado o referido empréstimo de médio e longo prazo, Plano de Saneamento Financeiro. (...) A ultrapassagem dos limites legais nos empréstimos de médio e longo prazo, no final de 2009 e cumprimento de todos os limites no final de 2010."* De seguida esclareceu que, no final de 2009, o Município de Cantanhede violou os limites legais de empréstimos de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, situação que, em abstrato, é suscetível de ser sancionada em sede tutelar administrativa e financeira, e por isso teve que encetar um processo de saneamento financeiro. Daquele documento leu ainda o seguinte: *"Todavia, no final de 2010, o Município passou a cumprir ambos os limites legais, previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei do Orçamento de Estado de 2010, face ao disposto na parte final da alínea g) do art.º 9.º da Lei 27/96 de 1 de agosto, não estão reunidos os pressupostos da eventual responsabilidade tutelar administrativa (...) Em 2010, a autarquia em termos autónomos, contribuiu de forma positiva para o deficit do subsector das Autarquias Locais. Uma vez que entre 1 de janeiro e 31 de dezembro daquele ano diminuí o endividamento líquido, sem exceções em cerca de 3.9*

milhões de euros.” Explicou ainda que aquele relatório fez recomendações, passando novamente à leitura das mesmas: “Destacamos as recomendações ao Município de Cantanhede que visam em especial garantir o controle contabilístico sobre os compromissos assumidos para exercícios futuros” e enumerou as mesmas: elaboração de orçamentos rigorosos especialmente ao nível da receita prevista que imponha uma gestão prudente de modo a garantir o efetivo equilíbrio orçamental, adoção de medidas concretas que diminuam a despesa e a dívida municipal, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro da Autarquia, a análise rigorosa detalhada e ponderada da assunção de compromissos ou repercussões em exercícios futuros tendo em conta a dimensão inter geracional das decisões político-financeiras, o cumprimento dos objetivos previstos no plano de saneamento, nomeadamente redução do prazo médio de pagamentos e do Plano de Saneamento Financeiro, o respeito pelo quadro legal previsto na Lei das Finanças Locais e em matéria de limites legais de endividamento, em supressão de fragilidades eficientes ao nível dos procedimentos contabilísticos e do controlo interno das áreas auditadas. Reforçou ainda o facto do relatório se referiu em concreto ao período de 2008-2011.-

----- Falou de novo o Sr. Eng.º Pedro Carrana, esclarecendo que, o que está na declaração de voto apresentada relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, é um parágrafo retirado da página 2 do mesmo relatório, e que diz claramente o que foi referenciado, não tendo sido retirado do relatório da Inspeção-Geral das Finanças uma vez que não teve acesso a este último.-----

----- Em direito de resposta o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino aceitou o facto do Sr. Eng.º Pedro Carrana não ter tido acesso ao Relatório da Inspeção-Geral de Finanças e aconselhou-o a ler o mesmo para verificar os aspetos positivos e negativos relativos ao período 2008 a 2011, bem como as recomendações para o



futuro. Solicitou ainda ao Sr. Presidente da Câmara que fosse fornecida uma cópia do mesmo relatório nas líderes das bancadas do Partido Socialista Partido Social Democrata e Junta de Freguesia de Vilamar, para esclarecimento cabal desta questão por parte de toda a Assembleia.-----

-----Falou de seguida a Dr.^a Dulce Costa, a qual esclareceu novamente que o trecho do texto apresentado na declaração de voto do PS sobre o Plano de Saneamento Financeiro foi retirado da página 2 do relatório do saneamento financeiro apresentado juntamente com a documentação enviada para a sessão da presente Assembleia, e que nessa mesma página do relatório também se pode ler que *"de novembro de 2011 a julho de 2012, a Inspeção Geral de Finanças realizou uma auditoria financeira ao Município de Cantanhede com o objetivo de aferir do alto cumprimento dos níveis de endividamento municipal assim como a verificação da posição do Município do equilíbrio conjuntural e estrutural, saneamento e ou equilíbrio financeiro entre outros aspetos."* Acrescentou ainda que referido o relatório apenas refere o período de 2011, não especificando que o relatório da Inspeção Geral das Finanças é relativo aos anos de 2008, 2009 e 2010, relatório este, ao qual não houve acesso.-----

-----Retomou a palavra a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio voltando ao assunto em análise, ou seja o Relatório de Gestão e clarificou que: 1) A Câmara de Cantanhede dá possibilidade aos seus fornecedores de optarem pelo pronto pagamento, o que muitos aceitam porque não querem ficar sujeitos ao prazo que estabelecem com a Câmara, mas o Município está a cumprir esses prazos, ultrapassando-os mesmo. 2) Relativamente a questão do pessoal, acrescentou ainda que a Câmara atingiu os limites mínimos em termos de funcionários, e que se for necessário cessar os contratos em vigor será dramático, porque alguns serviços

já se encontram no limite. Relembrou ainda que a diminuição em termos de despesa com pessoal se deveu a cessão dos contratos de trabalho, aos subsídios de férias e de Natal e às aposentações, sendo que em 2 anos, esta diminuição foi de 2.000.000,00 €, mas não tendo diretamente a ver com o não pagamento daqueles subsídios, que representam anualmente apenas o valor de 350.000,00€. 3) Referiu ainda que o aumento das aquisições de bens e serviços teve essencialmente a ver com a liquidação de todas as dívidas vencidas, não havendo acréscimo em termos de algo novo que tivesse surgido, mas também com o aumento do IVA. Expressou ainda perante a Assembleia que foi um relatório que o Executivo teve uma grande satisfação em apresentar, porque reflete a tendência, apesar do momento de crise que se vive, de se conseguir manter o pretendido em termos de investimento, apoio sociais, ao nível educativo, cultural e desportivo, ao nível das juntas de freguesia e continuar com uma boa saúde financeira.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira, o qual saudou as palavras proferidas pela Sr.^a Dr.^a Dulce da bancada do Partido Socialista, uma vez que a mesma reconheceu que se tivessem tido acesso ao relatório completo da IGF, provavelmente o Partido Socialista teria tido uma a posição diferente da que tomou. De seguida, deu razão às palavras proferidas pela Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, quando disse que seria um ato de má gestão se antecipasse pagamentos que não estavam contratados. Finalmente, relativamente aos gastos e às despesas, deu a sua opinião de que, os municípios e as autarquias de uma forma geral existem para fazer o bem e para proporcionar aos seus cidadãos a melhor qualidade de vida possível, considerando assim que sempre que uma autarquia se endivida para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, fá-lo para cumprir o

seu estrito papel, e como concelho de Cantanhede, que tem quase 400 Km₂ de área, ao longo dos anos houve requalificação urbana em todas as freguesias e alargamento do saneamento básico o que leva forçosamente a algum endividamento. Concluiu então que, se a Câmara Municipal vai amortizando as suas dívidas e vai pagando de acordo com os prazos estipulados, então está no caminho certo e é nesse que deve continuar.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, apelando para que, na esfera política, os debates que se seguirão sejam intensos mas acima de tudo com elevação e que os mesmos sejam feitos ao redor de temas que interessam e que têm a ver com o futuro e acima de tudo com o facto de se tomarem medidas para melhorar e prestar um bom serviço à comunidade. Relativamente à dívida do Município, lembrou que a mesma já vem de anos anteriores e que ficou demonstrado desde 2010 que o Município tomou as medidas necessárias para poder amortiza-la, tendo os recursos financeiros para poder suportá-la nos próximos quinze anos, prazo que dispõe para pagar todas as dívidas. Lembrou ainda todos os investimentos que foram feitos decorrentes, por exemplo, das obras do saneamento, pelo que, o que é hoje uma rede de saneamento que no espaço de três anos passou de 50% para 95% com investimentos na ordem dos 14.000.000,00 € e que se estão a preparar outros projetos para concorrer ao próximo quadro comunitário de apoio, têm a ver com renovações de linhas de água e com parte do saneamento que precisa de ser novamente requalificado. Referiu ainda que são processos que criam dívida para os Municípios e que, nos anos anteriores muitos Municípios do país foram estimulados a criar dívida pelo próprio Governo Central e exemplificou com o caso do Município de Montemor-o-Velho, com a construção de um centro de alto rendimento que custou milhões mas que lhe causou um grave

problema estrutural. De seguida conclui dizendo que o Município deve continuar a obter verbas tendo em vista o pagamento da dívida, mas também para poder ter um certo fôlego financeiro para continuar a fazer alguns investimentos. Finalmente, deu-se por satisfeito pelo facto do Município, a partir de 2010, ter conseguido equilibrar as suas contas e consecutivamente ter feito poupança e voltou a apelar a um debate com elevação, sobre o futuro, virado para os temas tais como a educação ou da saúde, e não de baixa política, utilizando acontecimentos que se passaram há três ou quatro anos para ser o único foco de ataque ao Executivo.-----

----- Tomou de novo a palavra o Sr. Eng.º Pedro Carrana, explicando novamente que, no relatório do Plano de Saneamento Financeiro fornecido, em momento algum está referenciado que o mesmo se reporta à dívida de 2009, referindo sim que a Inspeção Geral de Finanças realizou a auditoria no período de novembro de 2008 a julho de 2012, facto que levou a um entendimento diferente do correto. Finalmente afirmou que a sua bancada irá continuar com uma postura de elevação, fazendo política pela positiva pelo Concelho e pelas pessoas e deixando a Comunicação Social fazer o seu próprio trabalho.-----

----- Finalmente o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Catarino pediu desculpa às bancadas por não lhes ter dado conhecimento, na íntegra, do relatório da IGF e solicitou que lhes fosse entregue uma cópia do mesmo.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2012, tendo estes documentos sido aprovados por maioria, com 22 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados



em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

-----Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitada a mesma o Sr. Dr. Fernando Catarino, o qual teceu algumas considerações acerca da dívida do Município ter aumentado de há 4 anos para cá, factor preocupante para os cidadãos que vão ter que suportar essa dívida através dos serviços que utilizam tais como água, luz, da água, serviços camarários, etc. Considerou ainda que endividamento resulta provavelmente de necessidades das juntas de freguesia e da Câmara, fruto de um plano estratégico da própria Câmara, mas que o dinheiro deveria ser gasto de forma regulada, porque cada vez mais os recursos são escassos. Falou ainda das suas preocupações quanto à população existente no concelho de Cantanhede e dos jovens que estão a emigrar por falta de trabalho, porque foram despedidos e ficaram com uma casa para pagar e uma série de encargos, tais como a água, o saneamento básico, a eletricidade e o IMI. Considerou ainda que as instituições deveriam desenvolver mecanismos ou estratégias para rentabilizar o que criaram e que tanto custou, sendo ainda geridas de forma a minimizar os encargos. Quanto à presença do Sr. Dr. Jorge Catarino no programa Prós e Contras da RTP 1, lamentou o facto do mesmo e não ter sido apresentado também como o político que dinamizou o concelho de Cantanhede, deixando transparecer um sentimento, de estar inserido na coletividade e de ser um empresário líder nos locais de trabalho onde estão famílias inteiras que dependem dele. Finalmente falou sobre o facto da Escola Secundária de Cantanhede se encontrar degradada, devendo as entidades competentes apostar na educação e na

cultura, como fatores de identidade das suas populações. Agradeceu ainda o facto de lhe terem dado a palavra e de ouvirem as suas preocupações.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Assembleia, sendo 19,15 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

José Manuel Marques

----- O Primeiro Secretário:

F. J. P.

----- A Segunda Secretária:

Luísa Costa